

An aerial photograph showing a large-scale landslide on the left side of a densely forested hillside. The landslide has created a wide, muddy path that descends towards a residential settlement. The settlement consists of numerous small, closely packed houses with dark roofs. The surrounding area is covered in lush green forest. The sky is overcast and grey.

territorium • 24

MULTIDISCIPLINARIDADE NA ANÁLISE
DAS MANIFESTAÇÕES DE RISCO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança

2017



A HIDRELÉTRICA DE NOVA PONTE-MG, BRASIL, E A PROBLEMÁTICA DOS DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS*

THE HYDROELECTRIC PLANT OF NOVA PONTE-MG, BRAZIL, AND THE ISSUE OF COMPULSORY DISPLACEMENT

Vicente de Paulo da Silva

Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - Brasil
vicente.paulo@ufu.br

RESUMO

Neste trabalho buscou-se apresentar a problemática dos deslocamentos compulsórios como efeitos da opção por grandes empreendimentos. O foco foi a cidade de Nova Ponte, no estado de Minas Gerais, Brasil, onde a construção de uma Usina Hidrelétrica promoveu a submersão de toda a área urbana da cidade e, conseqüentemente, a construção de uma cidade nova que também se chamou Nova Ponte. O objetivo é mostrar que reconstruir uma cidade não deve ser entendido apenas do ponto de vista da reconstrução de prédios e ruas mas, acima de tudo, da reconstrução da vida cotidiana que vai ganhando densidade.

Palavras-chave: Grandes empreendimentos, deslocamentos compulsórios, nova ponte, hidrelétrica, vida cotidiana.

ABSTRACT

This work aims to present the issue of compulsory displacement as being effects of large enterprises. The focus was the city of Nova Ponte, Minas Gerais, Brazil, where the construction of a hydroelectric plant promoted submersion of the entire city's urban area and hence the construction of a new city which is also called Nova Ponte. The aim is to show that rebuilding a city should not be understood only from the point of view of reconstruction of buildings and streets but, above all, the reconstruction of everyday life.

Keywords: Large enterprises, nova ponte, compulsory displacements, hydroelectric plant, everyday life.

RESUMEN

La Hidroeléctrica de Nova Ponte, MG, en Brasil y la problemática de los desplazamientos compulsorios - En este trabajo se buscó presentar la problemática de los desplazamientos compulsorios como efectos de la opción por grandes emprendimientos. El enfoque fue la ciudad de Nova Ponte, en el estado de Minas Gerais, donde la construcción de una Planta Hidroeléctrica promovió la sumersión de toda una área urbana de la ciudad y, conseqüentemente, la construcción de una ciudad nueva que también se llamó Nova Ponte. El objetivo es mostrar que reconstruir una ciudad no debe ser entendido solamente del punto de vista de la reconstrucción de los edificios y calles pero, sobre todo, de reconstrucción de la vida cotidiana que va ganando densidad.

Palabras clave: Grandes emprendimientos, desplazamientos compulsorios, Nova Ponte, hidroeléctrica, vida cotidiana.

RESUMÉ

La centrale hydroélectrique de Nova Ponte, MG, au Brésil, et la question des déplacements obligatoires - Dans cet article, nous avons essayé de présenter la question de l'influence des déplacements obligatoires sur les grandes entreprises. L'accent a été mis sur la ville de Nova Ponte, dans l'état de Minas Gerais, au Brésil, où la construction d'une centrale hydroélectrique promue à la submersion de toute la zone urbaine de la ville et donc la construction d'une nouvelle ville appelé également Nova Ponte. Le but est de montrer que reconstruire une ville ne doit pas comprendre seulement la reconstruction des bâtiments et des rues mais, surtout, elle doit tenir compte de la reconstruction de la vie quotidienne qui gagne en densité.

Mots-clé: Grandes entreprises, déplacements obligatoires, nova ponte, dam, vie quotidienne.

* O texto deste artigo foi submetido em 19-10-2015, sujeito a revisão por pares a 09-201-2016 e aceite para publicação em 05-05-2016.

Este artigo é parte integrante da Revista *Territorium*, n.º 24, 2017, © Riscos, ISSN: 0872-8941.

Introdução

A tradição dos estudos sobre a construção de barragem para a produção de energia elétrica tem revelado quão polêmico é esse tema bem como as diversas possibilidades para se desenvolver uma pesquisa nesse campo, além de despertar polêmicas que, muitas vezes, tornam-se fatos políticos e sociais, dado o caráter multifacetado da produção de eletricidade.

A construção desse trabalho pautou-se nos princípios de uma descrição, conforme sugerido por L. Waibel (1979), quando diz que descrever é o ato de ver ligado ao ato de interpretar. Assim realizou-se a pesquisa que deu origem a esse artigo. O trabalho de campo foi essencial na percepção das relações desenvolvidas entre moradores de uma cidade em condições de conflitos originados da experiência de ter sido realocada em sua totalidade em função da construção de uma hidrelétrica.

Nova Ponte, no estado brasileiro de Minas Gerais, passou por essa experiência e dela muitas outras situações foram se desenvolvendo na vida cotidiana dos moradores que se viam envoltos por tramas cada vez mais complexas na reconstrução da cidade nova, estrategicamente também chamada de Nova Ponte. Nosso intuito foi responder a uma ansiedade de pesquisador que questionava o significado do movimento de destruição/reconstrução de uma cidade. Questionava-se assim “o que da densidade à cidade?” e por que, na apropriação do novo espaço, os conflitos se estabelecem? Essas questões foram respondidas à medida que nos dispomos a caminhar pelas ruas e conversar com esses moradores até entendermos que não se reconstrói uma cidade apenas construindo casas e ruas mas, antes de tudo isso, é preciso perceber que são as relações cotidianas, que darão sentido a esse novo espaço e garantirão, apesar de todas as transformações sofridas, a continuidade do grupo.

A Geografia é uma disciplina que tem dado atenção ao tema. Contudo, como mostra Sternberg (1990), nem sempre foi assim. Os estudos sobre a hidroeletricidade não chegaram a se tornar tradição nessa disciplina; ao contrário, até a década de 80 do século XX, foram sempre modestos. A partir desse período e em função do aumento extraordinário de novos empreendimentos dessa natureza, há também um aumento considerável de trabalhos geográficos sobre a temática. Não só na geografia, mas outras áreas do conhecimento também se dedicaram a pesquisas científicas nesse ramo e, assim, o diálogo com essas áreas contribui, sobremaneira, para o entendimento desse debate, como procedemos aqui.

As represas provocam grandes mudanças nas áreas projetadas para sua construção. Em número e volumes extraordinariamente maiores hoje do que em outras épocas, elas permitem a enumeração de efeitos pontuados no espaço, os quais têm despertado uma

atenção crescente, mas ainda modesta, por parte dos geógrafos, principalmente quando há uma população a ser realocada de um ambiente historicamente e afetivamente construído ao longo do tempo.

A criação das Centrais Elétricas do Brasil - ELETROBRÁS, no início da década de 1960, representou um marco importante na intensificação do aproveitamento da energia produzida por hidrelétricas, constituindo-se na arrancada para o intenso aproveitamento dos bens hídricos que se impôs a partir daí, e que se materializou em grandes obras. “*Os vultosos recursos financeiros necessários às obras passaram a ser captados no país e através de empréstimos internacionais e repassados para a construção de grandes centrais hidrelétricas nas diversas regiões do país*”. (La Rovere, 1990).

Na década de 1950 foram inventariadas várias bacias hidrográficas com a intenção de elaborar projetos de exploração racional do seu potencial energético. A produção hidrelétrica no país cresceu substancialmente a partir daí. Só no período compreendido entre 1980 e 1985 essa capacidade cresceu de 27.000 para 43.000 Megawatts (MW), segundo Sevá Filho (1990).

Atualmente, o Brasil se destaca no *ranking* da produção de energia por hidrelétricas. Essa posição, no entanto, é acompanhada por uma acirrada luta que tem colocado em pontos opostos as empresas responsáveis pelas obras e as populações atingidas pelo desenvolvimento dos projetos.

Para Rosa e Schaeffer (1988), ao falar a respeito de energia elétrica no Brasil, devemos atentar para duas características que chamam a atenção: o fato de ser nacional e ter origem quase exclusivamente hídrica. Isso, segundo os autores, exige um planejamento eficaz das centrais para que as necessidades de geração sejam supridas.

Ainda, segundo esses autores, nenhum planejamento deveria se dar à revelia da sociedade; esta, ao contrário, deveria ter acesso aos estudos de viabilidade de uma bacia para o aproveitamento energético e deveria ter meios de poder intervir neles a ponto de vetar a implementação de projetos que a envolvam quando não lhes são favoráveis.

Segundo dados do Banco Mundial, a cada ano cerca de quatro milhões de pessoas são expulsas pela implantação de grandes barragens, provocando um êxodo que aumenta o desemprego e a miséria urbana. (Vainer, 2000). As estratégias de negociação do setor elétrico junto aos moradores têm variado, mas, de forma semelhante, em todos os casos, o uso do discurso tem sido a melhor estratégia do setor para garantir a realização do empreendimento.

No processo de negociação, muitas facetas são utilizadas: há os casos de moradores que não conseguem receber nenhuma indenização pelo fato de não terem registrado

em seu nome qualquer propriedade, não estando, portanto, legalmente reconhecidos, o que minimiza os custos para o setor elétrico.

A negociação individual representa uma estratégia adotada pelo setor, mas fragiliza a organização coletiva das comunidades. “*Para a empresa, a população não existe enquanto coletividade/comunidade, mas apenas como um somatório de proprietários individuais*”. (C.Vainer *et al.*, 1990). A única opção que deixam é a de migração dessa população.

Para os agentes responsáveis pelos projetos, o ato de migrar é entendido apenas como mudar de um espaço para outro; para o morador, migrar é muito mais que isso. Seu lugar de residência é repleto de significados, fato que não pode ser considerado como um reducionismo saudosista, pois é isso que dá significado à sua vida. A preocupação é com seus destinos e também com o destino de seu lugar. O espaço socialmente construído não é indenizado e nem sequer considerado pelo setor elétrico.

Scherer-Warren *et al.* (1990) afirmam que “*migrar, pois, pode não só significar a perda da terra, mas a perda de seu modo de vida e de sua identidade*”. A incerteza, evidente nesse discurso, e comum em todos os casos de deslocamentos compulsórios, define-se em função do que chamamos de um processo de ruptura.

Uma definição para deslocamento compulsório é proposta por Almeida ao discordar do senso comum em definir tal situação como uma migração ou êxodo. Destacam-se aí também as derivações em migração forçada, involuntária e dirigida. Por deslocamento compulsório, nesse sentido, compreende-se, conforme Almeida (1996, p.467), “*o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação*”.

O caráter obrigatório, pelo qual esses moradores deixam seus lugares, é reforçado por L. Sigaud (1996), quando afirma que esses fatos se dão pela “*força dos decretos-lei e a força das águas*”. Compreende-se que o deslocamento, da mesma forma que a execução de um projeto, começa bem antes de seu momento/instante. O próprio anúncio de uma possível intervenção no lugar já começa, de certa forma, a preparar o espírito dos moradores para a possibilidade de que poderão ser obrigados a deixar seu espaço tradicional.

Uma experiência insólita: mudanças sociais e espaciais em Nova Ponte-MG, em consequência da construção da hidrelétrica

O município de Nova Ponte, localiza-se na mesorregião do Alto Paranaíba, estado de Minas Gerais-Brasil, conforme se mostra pelo fig. 1. A cidade teve sua história marcada

para sempre em função de uma decisão por grande empreendimento que promoveu a submersão de toda a área urbana e, conseqüentemente, exigiu a construção de uma cidade nova que, estrategicamente, continuou a se chamar Nova Ponte. A Usina Hidrelétrica de Nova Ponte foi construída pela Companhia Energética do Estado de Minas Gerais (CEMIG), entre o final da década de 1980 e início de 1990. A obra situa-se no rio Araguari, imediatamente à jusante da cidade de Nova Ponte, cerca de 5,5 km à jusante de sua confluência, pela margem direita, com seu principal afluente, o rio Quebra Anzol. (CEMIG, 1986).

A ideia de aproveitamento energético do rio Araguari nesse trecho não era recente. Na década de 1950, já havia rumores sobre essa possibilidade. Contudo, foi somente em 1964 que se realizaram os primeiros estudos de viabilidade da obra, pela *Canambra Engineering Consultants*, junto com a equipe da CEMIG. À *Canambra Engineering Consultants Limited*, grupo de consultoria que resultou de um acordo entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e CEMIG, e também da parceria Canadá, Brasil e Estados Unidos, coube a tarefa de realizar os estudos do potencial energético de Minas Gerais bem como da região Centro-Sul do País. Desses estudos, revela-se o potencial do rio Araguari:

“*A CANAMBRA revelou a possibilidade de aproveitamento total da capacidade do Araguari e ofereceu o projeto de nada menos do que quatro usinas hidrelétricas neste rio, das quais três formariam um sistema de geração interligado: em 1965, através do acordo ONU/CEMIG, foram projetadas as usinas de Nova Ponte, Miranda e Capim Branco, cujo funcionamento concomitante proveria de energia parte substancial da região sudeste, a mais industrializada do País*”. (R. Ferreira, 1996).

Tendo sido inventariada e apontada a capacidade de aproveitamento energético da bacia do Araguari, todo o cenário do rio, num período de quarenta anos, haveria de sofrer profundas alterações. Coube à empresa *Hidroservice*, Engenharia de Projetos Ltda, os estudos de viabilidade técnico-econômica da hidrelétrica de Nova Ponte, cujo contrato foi firmado com a CEMIG em 1970. Em setembro desse mesmo ano, a *Hidroservice* apresentava os resultados no relatório de Estudo de Viabilidade Técnico-econômica do Aproveitamento Hidrelétrico de Nova Ponte.

O decreto 76.006 de 23.07.75 concedeu à CEMIG o aproveitamento da energia hidráulica ali concentrada e, por exigência desse decreto, em 1976, o relatório intitulado Projeto Definitivo da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte é submetido ao Departamento Nacional de Águas e Energia. Em fevereiro de 1985 a CEMIG submeteu a revisão do relatório ao Departamento Nacional de Águas



Fig. 1 - Localização do município de Nova Ponte - MG (Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2004).

Fig. 1 - Localization map of the Nova Ponte - MG municipality (Source: Brazilian Institute of Geography and Statistics (2004).

e Energia, apresentando novos estudos e justificativas, inclusive da elevação do nível d'água normal (N.A.) da montante de uma cota 805,00 para 815,00.

Estudos adicionais foram realizados e, desses, apenas um indicava a possibilidade de não atingir a área urbana com a formação do reservatório. *“Entretanto, esta solução, segundo os estudos, diminuiria o potencial energético da hidrelétrica e ainda aumentaria consideravelmente os custos do empreendimento”*. (CEMIG, 1990, [sp]).

“A localização privilegiada de uma hidrelétrica neste local desencadearia uma série de vantagens adicionais como a regularização das águas de reservatórios de outras usinas de Nova Ponte até Itaipu: Itumbiara (FURNAS), Cachoeira Dourada (CELG) e São Simão (CEMIG) no rio Paranaíba, e Ilha Solteira, Jupia e Porto Primavera (CESP), Ilha Grande (ELETROBRÁS), todas no Rio Paraná” (CEMIG NOTÍCIAS, 1994).

Em janeiro de 1986, foi elaborado o plano diretor de construção da usina tendo como objetivo apresentar os estudos referentes ao projeto e construção da usina de Nova Ponte, considerando as suas diversas fases

de elaboração, execução e seu impacto sobre o meio ambiente. O plano diretor foi enviado à Prefeitura de Nova Ponte e aprovado pela Resolução n.º 2 de 22.05.1987. Ainda em 1987, foi elaborado o Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), para o processo de licenciamento de instalação da usina.

A relação custo/benefício da hidrelétrica de Nova Ponte encontra-se no RIMA (1987) com a justificativa de que a sua construção, exatamente naquele lugar, sua localização à montante de outras usinas construídas, ou em fase de projeto, permitiria um grande ganho energético em todo o sistema sudeste.

Em 1987 foi iniciada a elaboração do projeto executivo da hidrelétrica pela Leme Engenharia S/A, cujas terras necessárias à execução da obra já haviam sido adquiridas pela CEMIG em 1986. Em maio de 1988, mediante cerimonial político com a presença do Governador do Estado, uma bomba é detonada, anunciando que, a partir daquele momento, a história de Nova Ponte e de seus moradores seria totalmente transformada. Com esse gesto o rio foi desviado do seu leito normal dando início, ou quem sabe continuidade, ao processo de construção efetiva da obra.

Esse momento, caracterizado pela detonação da bomba que desviaria o rio, foi assistido pelos moradores e simbolizou a convicção de que a barragem não era apenas mais uma atoarda. Ela se materializava. Tornava-se fato. No auge da construção da hidrelétrica, estimava-se o quantitativo de 2617 pessoas empregadas na CEMIG, empreiteiras e na construção civil na nova cidade construída em função da submersão da velha Nova Ponte (CEMIG INFORMA, Nº 003, novembro de 1992).

Em 14 de outubro de 1993, as comportas da hidrelétrica foram fechadas, iniciando-se a formação do reservatório que ocuparia uma área de 443 km², atingindo áreas de oito municípios da região, os quais representam a área de influência direta da hidrelétrica de Nova Ponte.

Estava prescrito o fim da cidade de Nova Ponte e o começo de uma cidade nova, outra Nova Ponte. Estrategicamente, foi preservado o nome da cidade e, simbolicamente, a inauguração se deu em 17 de dezembro de 1993, a fim de preservar a data oficial de aniversário da cidade velha. Oficialmente, a inauguração da cidade, com a presença de autoridades políticas, aconteceu em março de 1994. Isso porque o discurso diplomático prefere dizer ao povo que se trata da mesma cidade, melhorada em 100% do que era antes do evento. Porém, estamos convictos de que se trata de um processo de ruptura da história e, nesse caso, trata-se também da construção de outra cidade. Os moradores acompanhavam atentos o ritmo de afogamento da velha cidade. *“O nível das águas vem subindo cerca de três centímetros por dia. A capacidade de armazenamento do lago é de 12,8 bilhões de m³ de água”* (CEMIG NOTÍCIAS, 1994).

Incluída no Programa de Expansão do Parque Gerador da CEMIG, sob a denominação de Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, essa usina representa a agregação de 273 Megawatts médios de energia firme ao sistema. Desse valor, 233 MW na própria usina e 40 MW médios de benefícios, na usina de São Simão, localizada no rio Paranaíba. Já para o sistema Sudeste, representa a incorporação de 536 MW médios de potência. A energia gerada pela hidrelétrica de Nova Ponte alimenta outras centrais distantes, uma vez que está ligada em rede, contribuindo, assim, para a posição do Estado de Minas Gerais e do Brasil como grandes produtores de energia hidrelétrica.

Como a construção da obra exigiu a inundação da cidade de Nova Ponte e a construção de uma nova cidade, iniciou-se todo um processo de negociação com os moradores quanto à forma de indenização de suas casas e a mudança para a nova cidade, com intermediação da Associação dos Moradores de Nova Ponte (AMNP), criada para esse fim em 05 de dezembro de 1989.

No dia 18 de março de 1990, a publicação da nova Lei Orgânica do Município de Nova Ponte, elaborada

pela Câmara de Vereadores, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo 18, definia que:

“A Associação dos Moradores de Nova Ponte (AMNP) possuidora de amplos poderes, à qual fazem parte, o Legislativo, Executivo e Comunidade, está apta a oficializar e concretizar todas as negociações inerentes à relocação da atual cidade de Nova Ponte para a futura cidade, em virtude da formação do lago para a construção da usina hidrelétrica por parte da CEMIG”. (CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE, 1990).

Além de estabelecer os critérios de permuta dos imóveis, também foram estabelecidos os procedimentos para a construção do imóvel pelo proprietário com direito a permuta. De igual modo, definiram-se os critérios quanto aos moradores que optassem por receber a indenização em dinheiro e se mudar para outra cidade.

Assim, estabeleceram-se os critérios de indenização de propriedades em Nova Ponte:

- 1) O proprietário poderia vender seu imóvel à CEMIG e mudar de cidade sem direito a lote na cidade nova;
- 2) permutar seu imóvel por outro construído pela CEMIG conforme os padrões da empresa e;
- 3) receber a indenização referente ao imóvel na cidade velha em dinheiro. Nesse caso, o proprietário recebia um lote na cidade nova e o dinheiro para a construção da casa, sendo que esse terceiro critério constituiu-se na forma majoritária de opção entre os moradores. Para o caso de indenização em dinheiro, ao proprietário que optasse por construir sua casa na cidade nova, a forma de pagamento também fora determinada pela empresa.

O valor da indenização correspondente ao processo de desapropriação foi dividido em quatro parcelas reajustáveis mensalmente pela variação do índice de custo da construção civil da cidade de Uberlândia, publicado pelo Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (SINDUSCON/TAP).

O pagamento de cada parcela era condicionado a um estágio da construção, ou seja, o proprietário recebia a primeira parcela e, obrigatoriamente, deveria realizar um estágio da construção de sua casa. Para receber a segunda parcela, a construção era inspecionada por engenheiros da CEMIG que poderiam liberar a parcela ou embargar a obra. O mesmo procedimento acontecia para a terceira e para a quarta parcela as quais foram assim definidas: 1ª parcela - 25% de entrada para início da obra; 2ª parcela - 30%, após conclusão da fundação e alvenaria; 3ª parcela - 25%, após conclusão da cobertura, esquadrias e embutidos elétricos e hidráulicos e 4ª parcela - 20%, após conclusão do revestimento e piso.

Tendo sido paga a última parcela, o proprietário tinha o prazo de até cento e vinte dias para se mudar e demolir o imóvel na cidade velha. Caso contrário, a CEMIG se achava no direito de demolir o imóvel sem qualquer aviso ou notificação judicial, inclusive ficando a critério dela o destino do material da demolição.

Esse fato específico serviu como estratégia de constrangimento para as pessoas cujas construções na cidade nova estavam atrasadas. Ao se verem isoladas diante dos escombros de construções demolidas, tratavam então de providenciar sua mudança para a nova cidade.

Uma situação constrangedora, porém estratégica, foi criada durante o processo de transferência. Os últimos moradores da cidade velha passaram por uma situação constrangedora à medida que se viam em meio aos escombros de demolições, os quais faziam com que Nova Ponte se assemelhasse a uma cidade bombardeada por guerra, o que lhe conferiu o título de Sarajevo do Triângulo, conforme um artigo da revista Isto é Minas, edição de 03 de novembro de 1993. Na cidade, o que se viam eram casas sendo demolidas. E cada uma que sumia do traçado deixava o vazio antes preenchido por ela como aviso aos outros moradores que insistiam em demorar a sair do seu lugar, enfim, a se mudar para a cidade nova.

Em maio de 1993, a empresa informou que já havia concluído as negociações com todos os proprietários de Nova Ponte. O então Presidente da CEMIG declara: “[...] em dezembro deste ano vamos ter o prazer de inaugurar a ‘nova Nova Ponte’, sem dúvida a mais moderna e completa cidade do país em termos de conforto” (CEMIG INFORMA, usina de Nova Ponte, N° 005, maio de 1993).

Nova Ponte renasce para novos desafios. Esta foi a manchete do Boletim CEMIG, n° 007, de 24 de fevereiro de 1994. Uma cidade recém-saída do forno era o que dizia o artigo da revista Isto é Minas, ao referir-se à nova cidade de Nova Ponte, enquanto reforçava a melhoria da infra-estrutura como o grande ganho dos moradores: água tratada, esgoto, iluminação pública, rede telefônica e ruas asfaltadas e declarava que isso era um complexo que custara 30 milhões de dólares à empresa como se esse fosse o objetivo da obra. Não declarava, porém, o quanto isso lhe renderia.

Para o então Pároco da cidade, o Padre Junior, em entrevista à revista Isto é Minas, o morador novapontense podia ser definido como “*um povo que perdeu suas histórias, suas raízes e, quando viu as casas bonitas, deixou de ver a CEMIG como lobo para vê-la como mãe*” (Alves, 1993, p.14).

No que se referem aos benefícios, os diversos meios de comunicação trataram de expor como os moradores de Nova Ponte ganharam com o empreendimento. No artigo do Boletim CEMIG de 25 de fevereiro de 1994, constava

a informação de que a negociação abrangeu 1300 proprietários na área urbana e mais 1458 proprietários na zona rural.

Na área urbana, foram construídos pela CEMIG 36 prédios públicos e um cemitério. Também ficou a cargo da empresa o traslado dos restos mortais do cemitério da cidade velha para o novo cemitério. A área alagada para formação do reservatório foi de 44.300 hectares e gerou um custo da ordem de vinte e cinco milhões de dólares para a CEMIG. A empresa projetava para o final da obra um gasto total de um bilhão de dólares na implantação da hidrelétrica de Nova Ponte, considerada, no Boletim CEMIG, como a principal obra do setor elétrico em todo o Sudeste brasileiro.

Por outro lado, o morador começava a sentir a sensação de estranheza em relação à nova cidade. Muitas vezes já nem sabia onde morava aquele vizinho que, por tantos anos, estivera perto de sua casa, quando tinham uma convivência, no dia-a-dia, bastante próxima. Na cidade nova, começava-se a desenrolar uma nova trama, outra relação de vizinhança, e outras experiências eram compartilhadas. Por meio dessas novas experiências, começavam, então, a se apropriar do novo espaço, e nessa organização criava-se uma nova sociabilidade.

O ganho material para o trabalhador novapontense foi significativo. Isso, aliado à possibilidade de comprar móveis novos e até um carro usado, além da casa nova que construiu, facilitou o processo de negociação com a CEMIG, conforme descrito anteriormente. O ideário do progresso promoveu a supressão de formas e relações e a carência de bens de consumo aliada à possibilidade de adquiri-los foi o trunfo utilizado no discurso técnico como forma de garantir os projetos de grande vulto.

Uma expressão de desânimo e surpresa se revelava no rosto dos moradores ao perceber o teor das mudanças “*Aqui todo mundo mora longe*”, diziam com frequência. “*Todo mundo parece estranho...*” Cada gesto, cada novidade, cada estranheza, anunciava que, na cidade nova, a distância social entre os moradores era maior que outrora.

Uma nova linguagem foi exigida por esse espaço projetado. A configuração espacial dos bairros foi redefinida e, além disso, mais três novos bairros passaram a compor o conjunto da cidade, sendo os bairros Medalha Milagrosa, Industrial e Amélia Benevides. Embora esses bairros sejam reconhecidos pelos nomes verdadeiros, surgiu, na nova linguagem, a vilinha, que é um termo pejorativo pelo qual eles reconhecem o Bairro Amélia Benevides.

Outros termos passaram a ser recorrentes na linguagem das pessoas, principalmente quando atribuíam ao bairro e aos seus moradores os epítetos de violentos, lugar de bagunça, de droga e tráfico, lugar de baianos ou nortistas. Ainda se tratando de denominação, também

passaram a ser usados termos como os daqui, os da casa, nós, para se referirem aos moradores de Nova Ponte e eles, os de fora, os baianos ou, os nortistas, para se referirem aos moradores que chegaram na cidade após o término da obra.

Passados mais de 20 anos de inauguração da cidade nova, os moradores e a cidade ainda estão em processo de construção do que se constitui em uma nova história, do grupo e do lugar. Assim, nesse espaço projetado, as experiências do passado, para aqueles que viveram na cidade velha, não darão aos mais velhos a autonomia de falar como quem já viveu mais e que, por isso, conhece mais que os jovens a história da construção do lugar. Eles se encontram em um mesmo patamar. E a cidade nova está aí para ser apropriada e experienciada.

Foi no dia-a-dia que os novos objetos começaram a fazer parte de histórias comuns e que viriam a ser identificados com ares de mais significado. São nas experiências cotidianas que os objetos se tornam símbolos de identidade, com diferentes níveis de significação. Isso equivale a dizer que são nessas experiências que se criam os lugares. Nesse sentido, buscou-se a compreensão desse cotidiano como forma de entender o que chamamos de reapropriação do espaço urbano. Esse trabalho foi realizado, de forma exaustiva, por meio de entrevistas aos moradores dos diferentes bairros e caminhada pelas ruas de maneira que se pudesse fazer uma leitura interpretativa do que estava sendo dito nas entrevistas e do que se observava na prática. Procedemos a uma análise interpretativa por meio do que era visto, ouvido e sentido em nossas caminhadas, nas conversas, nos conflitos estabelecidos, bem como, nos anseios de muitos moradores de um dia poderem retornar para suas cidades de origem.

Reapropriação do espaço urbano e mudança no comportamento dos moradores

O empreendimento Usina Hidrelétrica de Nova Ponte produziu um efeito de longo alcance, não apenas do ponto de vista da organização física do espaço, mas também na sua organização social, alterou o comportamento dos moradores. Buscamos entender como essa mudança está relacionada com o comportamento das pessoas, tentando responder à pergunta: Como a execução de um grande projeto altera a organização sócio-espacial construída histó-rica e afetivamente num lugar?

Abordar a relação entre os moradores de Nova Ponte se justifica na medida em que acreditamos que essa relação, da forma como se apresenta, é fruto das experiências cotidianas que, implicitamente, pressupõem a construção e consciência de lugar.

O morador de Nova Ponte, como o consideramos, era todo aquele que residia na cidade velha e que partilhava de cotidianos, ao mesmo tempo, diferentes

e complementares. A polêmica foi em relação à identificação pelo morador mais antigo desse outro personagem na história da cidade, o novo morador, ou seja, aquele que passou a residir em Nova Ponte após a construção da hidrelétrica.

Identificar esse morador como diferente criou tensões, declaradas ou não, entre os membros da comunidade, dividindo-os entre “os daqui”, moradores mais antigos em Nova Ponte, e “os de fora”, moradores mais recentes, ou que não viveram na cidade velha. Isso nos faz reportar à obra de Elias e Scotson (2000) quando falam da relação *insider x outsider*.

Ao mesmo tempo, a instituição do conflito também representava uma forma de identificação e reconhecimento de um grupo já “*enraizado*” no lugar, o grupo dos antigos moradores. Esses conflitos eram renovados dia após dia, quando o menor gesto considerado negativo, praticado pelo novo morador, tornava a todos vulneráveis às tensões: “*isso acontece por causa dessa gente de fora*”, diziam com frequência os moradores mais antigos.

A diferença entre esses dois grupos de moradores se solidificava de maneira bastante negativa, ficando os novos moradores, ou os de fora, mais vulneráveis aos epítetos de perigosos, traficantes, violentos, arruaceiros, ladrões. Observamos que, nesse conflito, há uma fusão entre morador e bairro no momento em que se manifesta a tensão, ou seja, o bairro, assim como o morador também é “*violento, lugar de bagunça, de tráfico de drogas, lugar de ladrão*”.

A discussão é controvertida e se caracteriza por verdades e invenções, conscientes ou não, do que acreditam ser esse novo morador. Na verdade, pouco se sabe a seu respeito. A explicação dada pelo antigo morador à rejeição ao novo morador é pelo fato de este ter vindo de outras cidades, portanto, de fora dos limites de Nova Ponte e porque seus objetivos são apenas “*bagunçar*” na cidade. “*Dizem que vêm em busca de empregos, mas é mentira*”, diz uma moradora do Bairro São Miguel.

Os moradores podem ser estigmatizados quando, no bairro, por exemplo, ocorrem elevados índices de delinquência. Por outro lado, um bairro assume também a característica de perigoso se nele habitam pessoas mais propensas ao crime, à violência. As características de ambos se fundem e, nesse processo, corre-se o risco de tanto um quanto outro perderem sua verdadeira identidade.

O bairro Amélia Benevides em Nova Ponte: a invenção da vilinha

Para resgatarmos a história da cidade de acordo com a trama que se desenvolve no Bairro Amélia Benevides, foi preciso que a ele fossem associados outros elementos,

mediante os quais pudemos compreender melhor a antagônica relação de inclusão e exclusão de moradores tanto no bairro quanto na cidade.

Se, desde o início, o bairro foi concebido como lugar de morador pobre, essa atribuição continuou ao longo da reconstrução da vida cotidiana dos moradores de Nova Ponte. Nesse bairro, grande parte das casas foi construída com material reaproveitado das construções da cidade demolida, o que contrasta com as construções do restante da cidade em que sobressai a aparência de recém-construídas e novas. Muitas casas, no Amélia Benevides, não tiveram a construção de um muro, não receberam pintura, era possível dizer que eram inacabadas. Às vezes, a parede da frente é, ao mesmo tempo, parede e muro, ou seja, o limite entre a casa e a rua, o que significa uma reprodução do padrão anterior quando o nível de vida do antigo morador na cidade velha também levava a que suas casas fossem exatamente iguais às que se construíram nesse novo bairro. Isso incomodava esse morador que agora podia afirmar que teve as condições de vida melhoradas como a CEMIG fez transparecer por meio do discurso.

Praticamente o bairro tinha uma única rua, a João Batista Pedrosa, no início da sua construção. Com o tempo, as famílias que chegavam, em busca de trabalho, tendiam a se concentrarem nesse bairro, o que promoveu a ampliação de seus limites. Das 52 residências construídas originalmente para os moradores mais pobres de Nova Ponte, a partir do início dos anos 1990, constatamos um total de 254 residências por ocasião desta pesquisa em início de 2000. Isso fez com que fossem construídas mais duas ruas menores no que eles chamam de “*o fundo do bairro*”, para comportarem as novas residências.

Se, por um lado, o Bairro Amélia Benevides não dá acesso a outros lugares, seus moradores, no entanto, para irem ao trabalho ou ao comércio precisam, necessariamente, passarem por outros bairros. O Amélia Benevides era desprovido de estabelecimentos comerciais. Observamos que só havia um pequeno bar dentro de seus limites. Constatamos, também, que o grande número de construções inacabadas, cujas obras pareciam estar à muito tempo paralisadas, não demonstrava sinais de que algum dia ainda pudessem ser concluídas.

O bairro, apesar de possuir a mesma infra-estrutura de toda a cidade, é visto como uma espécie de anomalia pelos moradores de outros bairros, para quem ele representa um lugar de onde só se deve manter distância. Nesse processo de reconhecimento, as informações institucionais, bem como as falas das pessoas sobre esses fatos, ajudam a compreender os acontecimentos, porém não são suficientes para explicá-los.

Para entender melhor essa realidade, entendemos que o contato direto com os moradores constituiria a melhor opção para complementar a leitura propiciada pelos

boletins publicados pelas empreiteiras, e pelos órgãos responsáveis pela obra, e para ultrapassar as primeiras impressões observadas durante a pesquisa de campo. Esse procedimento foi válido na medida em que revelou a origem desse mal-estar: Em primeiro lugar, os antigos moradores de Nova Ponte que eram proprietários de lotes se beneficiaram do processo de negociações com a CEMIG, quando puderam receber uma indenização que lhes permitia construir uma casa de qualidade superior à que eles possuíam.

Além disso, devido ao fato de que a empresa só reconhecia e negociava com proprietários, é possível entender que as melhores localizações na cidade nova fossem garantidas a esses moradores. Outra parcela de moradores que não era proprietária de lotes na cidade velha, nem tinha condições de construir sua casa, recebeu, da CEMIG, uma pequena casa construída segundo os padrões da empresa, conforme a exigência da Associação dos Moradores a que referimos anteriormente, sendo que a maioria dessas doações foi feita no Amélia Benevides. Também houve casos em que a Prefeitura fez a doação do lote, e a pessoa ficou responsável pela construção de sua moradia. Assim, foram erguidas as casas mais simples da cidade nova - aquelas que se concentravam no Bairro Amélia Benevides, o qual também recebeu uma alcinha que representa a forma do antigo morador ver, na paisagem urbana, esse bairro indesejado, ou seja, a vilinha. A vilinha, na linguagem dos moradores, é um termo pejorativo usado para designar o Bairro Amélia Benevides, cujo sentido evidencia as semelhanças desse bairro com as favelas das grandes cidades. Segundo dizem, tudo de ruim que lá acontece deve-se ao fato de se concentrarem, no bairro, as pessoas vindas de outras cidades após a construção da barragem.

A condição precária das casas, ainda que recém construídas ou em fase de construção, indicava que ali predominava o segmento de moradores cuja condição econômica se apresentava inferior aos outros moradores da cidade. Entretanto, se entendemos que condição econômica não é quesito suficiente para que uma parte dos moradores estigmatize outra, então era *in loco* que poderíamos entender a dinâmica da relação que aí se estabelecia.

O fato é que a forma diferenciada de acesso aos recursos, por ocasião da reconstrução da cidade, colocava em pontos opostos os moradores que passaram pelo processo de negociação e os que não tinham o que permutar com a CEMIG. No Amélia Benevides se concentravam os moradores desprovidos de recursos financeiros.

O padrão de casa construída pela CEMIG diferia muito daquele cujos proprietários ficaram responsáveis, eles próprios, pela execução de seus projetos. Imediatamente distinguimos o que foi obra da CEMIG ou do próprio morador que recebera apenas o lote do que foi obra daqueles que receberam a indenização.

Após a inauguração da cidade, começava-se a perceber um fenômeno diferente, ou seja, chegavam pessoas para Nova Ponte oriundas de diversos lugares do País e, com isso, o Bairro Amélia Benevides começou a crescer como observaram os que já viviam na cidade pois, era para esse bairro que se dirigiam as famílias que chegavam.

Sem ajuda da CEMIG, o padrão de construção se deteriorou cada vez mais, pois o material utilizado para construir as casas ainda podia ser retirado, em menor quantidade, das demolições da cidade velha, ou comprado por preços bastante acessíveis ou, às vezes, conseguido por doação de outros moradores.

O antigo morador, contudo, já orgulhoso de morar em uma cidade totalmente nova, cujas construções impressionavam também por serem tão diferentes do que estavam acostumados, começou a ver com olhos de desconfiança o crescimento do Amélia Benevides e não gostava do que diziam ver: “... é uma coisa que não devia ter acontecido... lá é um antro de perdição... as construções a gente não sabe se é casa ou se não é casa”, diz uma moradora do Bairro São Sebastião.

Começaram a circular pela cidade as informações, boca a boca, de que o bairro Amélia Benevides representava um perigo. Não era mais conhecido como um bairro; transformou-se na vilinha. Com uma conotação totalmente pejorativa, foi assim que o bairro passou a ser reconhecido em toda a cidade. Havia pessoas, inclusive, que não sabiam dar informação sobre o bairro quando se usava o nome verdadeiro do mesmo, Amélia Benevides; mas, se fizéssemos referência à sua alcunha, vilinha, imediatamente, elas prestavam as informações solicitadas.

O perigo representado pelo bairro, ao que diziam, estava ligado ao fato de que “a maioria das pessoas de lá veio de fora”. O que isso representava? E os moradores que vieram da cidade velha e residiam nesse bairro, como percebiam essa estigmatização? Por que esse fato, que parece tão particular, pode ser representativo do que acontece em outras escalas, como numa área metropolitana, por exemplo? Era preciso então estabelecer comunicação com os moradores do Bairro Amélia Benevides e com moradores de outros bairros.

Mas o que significa dizer que uma pessoa é diferente porque veio de fora? No caso de Nova Ponte, esse entendimento constituía o ponto de identificação do grupo que já experienciava o lugar, que lhe dera significado e que, ao contrário dos novos moradores, carregava uma lembrança de um tempo vivido na velha cidade submersa pelas águas do reservatório.

Os antigos moradores começaram a estigmatizar o Bairro Amélia Benevides diante da constatação de que a maioria absoluta dos novos moradores residia lá. Constatamos ainda que são moradores em condição de

pobreza diferenciada do restante dos velhos moradores. Com isso, o bairro passou a ser visto com ares de receio e recusa. Estabeleceu-se o conflito; nasceu a vilinha.

O perigo representado pela vilinha, segundo a concepção dos velhos moradores, chegou a ponto de caracterizar o lugar como impossível de se andar à noite ou, mesmo durante o dia, caso não se esteja acompanhado.

Os moradores do Amélia Benevides são, na realidade, pessoas em condições financeiras menos favorecidas. Entretanto, acima de tudo, confirmamos a crença de que são as condições de apropriação do espaço que diferenciam aqueles que receberam indenização pela CEMIG e aqueles que chegaram depois, desprovidos de recursos.

Conclusão

Nossa opção por realizar trabalhos de campo se revelou como uma maneira essencial na tarefa de desvendar situações específicas que não podem ser entendidas por meio somente de leituras, ainda que se refiram a situações semelhantes. Há uma especificidade nos fatos para cada caso vivido e isso só se revela ao ouvir moradores envolvidos na trama. Os moradores de Nova Ponte foram protagonistas de uma decisão do estado brasileiro que transformou radicalmente suas vidas e a de sua cidade, porém, os mesmos não foram incluídos nos debates em que essa decisão foi consumada.

Esses moradores foram também os protagonistas na pesquisa de tese que deu origem a esse artigo. Mas, nesse caso, eles tiveram voz e foram ouvidos, pois a decisão foi por conversar, ouvi-los nas suas queixas e, munidos de um gravador de voz, com as devidas autorizações dos mesmos, recolhemos os depoimentos desses moradores que tinham muito a contar sobre as transformações a que foram submetidos. De casa em casa conseguimos conversar com um morador e depois procedemos à transcrição das gravações para serem usadas na tese, onde mantivemos na escrita as suas falas da mesma forma popular que se dão na prática.

Há que se atentar para o fato de que a generalização normalmente distorce a realidade. No Bairro Amélia Benevides, encontramos moradores muito pobres, mas encontramos também moradores com um nível de vida mais elevado. Mas o que se nos revelou nesse encontro foi a constatação de que o modo de vida desses novos moradores do Amélia Benevides é passível de ser comparado com o modo como viviam os moradores na cidade velha, ou seja, eles muito se assemelhavam.

Essa semelhança pode ser pensada em relação às qualidades das moradias, das improvisações de cercas, das carências de móveis ou do acesso ao trabalho. Ainda que uma parcela desses moradores vivesse em

condições um pouco melhores, o que prevalecia era uma situação de desconforto entre a maioria dos que viviam nesse bairro.

Já por parte daqueles que estigmatizam o bairro e seus moradores é como se houvesse uma negação do passado, pois, da mesma maneira, o encontro com antigos moradores revelou uma realidade semelhante àquela que encontramos no Amélia Benevides. Nesse caso, também foram encontrados moradores com níveis de vida diferenciados, mas, hoje, a realidade os diferencia entre moradores pobres e ricos, segundo seus próprios entendimentos.

Por sua vez, o contato com os moradores do Amélia Benevides e com os moradores de outros bairros, permitia que se entendesse o porquê de aos primeiros serem conferidas as características de violentos, vagabundos, traficantes, enquanto que aos segundos eram atribuídas características de possuidores de uma moral a ser tomada como exemplo de uma boa sociedade.

No Bairro Amélia Benevides, a situação de pobreza está explícita nas próprias construções. Mas se, externamente, as fachadas inacabadas revelam parte da dura realidade vivida por seus proprietários, é internamente que o observador pode se deparar com uma situação, às vezes, muito pior. Todavia, ninguém se envergonhava da pobreza, porque todos sabiam que isso não era crime, pelo menos não da parte deles.

A diversidade de lugares de origem dessa população promovia o encontro de culturas diferentes, à medida que aproximava indivíduos com experiências de vida distintas. Aqueles que chegaram para o Bairro Amélia Benevides não compartilhavam, como os moradores de outros bairros, de experiências comuns, como parte de suas histórias de vida, o que já não acontecia em relação aos moradores dos demais bairros.

As trajetórias dos que chegavam a Nova Ponte eram bastante reveladoras e determinantes do que chamamos de condições de vida diferenciadas em relação aos que já viviam na cidade. A luta dos *novos* moradores era a luta pela sobrevivência. Provavelmente, nem mesmo a inferioridade a eles atribuída, de forma indireta pelos antigos moradores, constituísse um motivo de revolta, já que eles próprios consideravam estarem vivendo melhor do que viviam anteriormente em seus lugares de origem.

Na sua maioria, os moradores de Nova Ponte são pessoas de baixa renda. Nesse caso, a condição econômica não constitui um dado fundamental para justificar as estigmatizações. Na verdade, economicamente, antigos e novos moradores não estavam em patamares tão divergentes. Isso sugere que era a *sedução pelo novo*, que estava no cerne dessa relação. Mas, o que há, de fato, por trás da relação de estranhamento percebida entre os moradores de Nova Ponte? Como os velhos

moradores, no caso específico de Nova Ponte, justificam suas desconfianças e o medo que dizem sentir pelas pessoas que vieram de fora?

Ficamos tentados a dizer que essa relação não foi, na verdade, declarada e nem os velhos moradores faziam questão de assumir seu sentimento pelo outro por receio de vingança. Essa condição assumia, muitas vezes, o caráter de fofoca. Espalhou-se, intencionalmente, um terror em relação aos novos moradores. Denegriram-se as suas imagens, enquanto se colocava em evidência o caráter de superioridade que sentiam os velhos moradores. Sobre o Bairro Amélia Benevides dizem: *“Na vilinha tem muita coisa errada. Lá tem muita droga... tô falando por boca dos outros”* (moradora do bairro do Rosário).

O sentimento de rejeição ao outro, ou a rixa, manifestava-se forte. A imagem negativa que se tinha dele, e a sua presença, segundo a declaração acima, extrapolava o limite do bairro, *“tá sujando a cidade inteira”*. Ao ser questionada sobre as vezes em que já foi ao bairro, essa moradora respondeu que nunca esteve lá. Seguem-se outras declarações: *“Vejo falar que lá é bagunceira, briga; a gente vê comentário”* (Moradora do bairro do Rosário); *“...eles falam que lá tem maconheiro - a gente vê falar - (Moradora do bairro do Rosário); “Na vilinha eu nunca fui lá mas, lá é muito é porco. Lá também sai muita briga”* (Moradora do bairro do Rosário); *“Na vilinha tem gente perigosa - a gente vê falar - a violência aumentou porque tem mais gente de fora; os daqui, se tiver violência, é muito pouco”* (Moradora do bairro São Miguel).

Em todos os casos, reforçava-se o laço de identidade entre os membros da comunidade e, ao mesmo tempo, o de indignação pela presença dos outros. E o “disse que me disse”, característico da fofoca, também estava explícito nas falas. Ninguém assumia a responsabilidade pelo que dizia, ao contrário, todos transferiam essa responsabilidade para um sujeito indeterminado, que não seria jamais identificado e pediam para que seus nomes não fossem identificados no trabalho.

Referências bibliográficas

- Almeida, Alfredo Wagner Berno de (1996). Os deslocaamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia do desenvolvimento. Magalhães, S. B.; Britto, R. G., Castro, E. R. (Coord.). *Energia na Amazônia*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1996. v.2. p. 467-475.
- Alves, B. (1993). Morte anunciada: o lago que está se formando para alimentar a Usina de Nova Ponte vai inundar parte de oito municípios do Triângulo. *Isto é Minas, Belo Horizonte*, n. 102, p. 12-15.
- ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE NOVA PONTE - MINAS GERAIS (1989). Estatuto da Associação e seus fins. Nova Ponte.

- CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE (1990). Lei orgânica do município de Nova Ponte. Nova Ponte, 75 p.
- CEMIG INFORMA (1992). Usina de Nova Ponte. Nova Ponte: Companhia Energética de Minas Gerais. Superintendência de Comunicação Social e Representação, n. 3, 3 p.
- CEMIG NOTÍCIAS (1994). Nova Ponte é a maior obra da década. Superintendência de Comunicação Social e Representação, setembro de 1994. 8 p.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (1990). Apresentação. Projeto memória histórica de Nova Ponte [1987-1988]. Coordenação de Carlos Antônio Leite Brandão. Belo Horizonte: UFMG: Leme Engenharia.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (1986). Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Plano diretor. Belo Horizonte.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (1987). Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Projeto executivo. Relatório de impacto ambiental - RIMA. Belo Horizonte, 2 v.
- Elias, Norbert, Scotson, John L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 224 p.
- Ferreira, Rosa Maria (1996). *As águas e o tempo - memórias de Nova Ponte* (Dissertação de Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- La Rovere, Emílio Lèbre (1990). O planejamento do setor elétrico brasileiro: principais problemas. *Travessia - Revista do Migrante São Paulo*, v. 2, n. 6, p. 12-17, jan./abr.
- Rosa, Luiz Pinguete; Schaeffer, Roberto (1988). A política energética brasileira. In: Santos, L. A. O., Andrade, L. M. M. de (org). *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo, ZERODOIS Serviços Editoriais S/C. Ltda. 1988. p. 53 - 58.
- Rosa, Luiz Pinguete, Schaeffer, Roberto (1988). Proposta alternativa à política energética brasileira. Santos, L. A. O., Andrade, L. M. M. de (org). *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: ZERODOIS Serviços Editoriais S/C. Ltda. 1988. p. 59 - 62.
- Scherer-Warren, Ilse; Reis, Maria José., Bloemer, Neusa Maria Sens (1990). Alto Uruguai: migração forçada e reatualização da identidade camponesa. *Travessia*, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 29-32, jan./abr.
- Sevá Filho, Arsênio Oswaldo (1990). Intervenções e armadilhas de grande porte. *Travessia*, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 5-11, jan./abr. 1990.
- Sigaud, Lygia (1996). Crença, descrença e interesses: por uma sociologia das condutas face ao deslocamento compulsório. In: Magalhães, S. B.; Britto, R. G., Castro, E. R. (Coord.). *Energia na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1996. v.2. p. 551-570.
- Silva, Vicente de Paulo da (2004). *Efeitos sócio-espaciais de grandes projetos em Nova Ponte-MG: reorganização do espaço urbano e reconstrução da vida cotidiana* (Tese). Rio de Janeiro, UFRJ, PPGG, 2004.
- Silva, Vicente de Paulo da (1995). *Destruição e reconstrução simbólica em tempos de modernização* (Dissertação de Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- Sternberg, Rolf (1990). Perspectivas geográficas nos sistemas hidroelétricos. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 157-187, jan./mar.
- Vainer, Carlos Bernardo (2000). Águas para a vida. *Jornal do Brasil*. Terça-feira, 4 de abril, p.9.
- Vainer, Carlos Bernardo; Araújo, Frederico Guilherme Bandeira de (1990). Implantação de grandes hidrelétricas. *Travessia*, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 18-24, jan./abr.
- Waibel, Leo (1979). Capítulos de geografia tropical e do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, p. 23 - 35.